



## **O PIAUÍ PRECISA DE UMA REVOLUÇÃO SOCIALISTA**

*Não vivemos mais na época das revoluções burguesas nem do capitalismo da livre concorrência, mas na época do imperialismo, na qual a economia é mundial, controlada pelo capital financeiro (fusão do capital industrial com o capital bancário), pelos monopólios e oligopólios, e na qual o mundo já foi repartido pelas grandes potências. (O Brasil precisa de uma revolução socialista, p. 21. Org.: Fontana, M.)*

## **A TEORIA DA REVOLUÇÃO PERMANENTE E O PIAUÍ COMO PARTE DO SISTEMA CAPITALISTA IMPERIALISTA MUNDIAL**

Na época imperialista, não há mais a divisão entre países maduros e não maduros para a revolução socialista. As revoluções nacionais são parte da revolução mundial.

O Brasil é uma submetrópole (uma semicolônia industrializada e privilegiada), parte subordinada do sistema imperialista. Em relação aos países imperialistas, o Brasil é explorado e oprimido. Em relação aos países mais pobres, é um país opressor. Ao mesmo tempo, o Brasil cumpre o papel de plataforma das multinacionais e de guardião dos interesses imperialistas na América Latina. Impõe-se, internamente, um grau altíssimo de subdesenvolvimento, atraso tecnológico, desigualdade e opressão, exploração, miséria, violência, racismo, machismo, LGBTfobia, xenofobia etc.

O capitalismo é um sistema mundial, e há desigualdade também entre os países, onde um punhado de grandes potências donas da maioria dos monopólios, exploram e oprimem os demais países. O desenvolvimento desigual e combinado apresenta-se como uma combinação particular de elementos atrasados com elementos modernos. No Brasil, o desenvolvimento associado e subordinado ao imperialismo produziu um parque industrial diversificado e complexo. Porém esse processo ocorreu reproduzindo e se apoiando em níveis dramáticos de concentração de renda, desigualdades sociais e desigualdades regionais.

## **O PIAUÍ NO CENÁRIO DO SISTEMA CAPITALISTA IMPERIALISTA MUNDIAL**

A definição sobre o caráter da colonização do território piauiense tem grande importância para a compreensão das particularidades do desenvolvimento do Piauí e para a definição do programa revolucionário.

Entrelaçada com a história da “independência” do Brasil e com o papel do país na divisão mundial do trabalho, o Piauí se forma em um ambiente econômico em que o território conquistado é ocupado por uma única atividade, pouco exigente de pessoas e dependente da expansão fundiária, tendo como unidade básica a fazenda, onde predomina absoluta ausência



de inovações no sistema de criação do gado, a completa dependência de mercados externos e o pouco vigor da comercialização, que se passa fora das fronteiras piauienses. Tais características técnicas e econômicas não favoreceram o surgimento de uma classe de proprietários mais aberta ao comportamento empresarial que o capitalismo demanda ([http://www.cepro.pi.gov.br/download/201608/CEPRO02\\_9b568b361f.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201608/CEPRO02_9b568b361f.pdf)).

A produção agrícola era praticamente inexistente, consolidando o Piauí historicamente como dependente de outras regiões para o suprimento de produtos agrícolas. Assim, a criação extensiva de bovinos determinou, em grande parte, a distribuição demográfica, a disponibilidade de mão de obra e a própria estrutura fundiária, decorrendo daí três fatores que, agindo combinadamente, impedem o desenvolvimento da agricultura: a concentração da propriedade das terras, a destinação das terras para pastos e a ausência de mercado interno estimulador.

O latifúndio forma, então, os traços marcantes tanto da burguesia brasileira quanto da piauiense: subordinação e ligação ao capital externo; fragilidade e covardia; papel reacionário, conservador e autoritário. Não existindo, assim, uma burguesia nacional ou regional anti-imperialista e progressista com o qual os reformistas acreditam conformar sempre um campo burguês progressivo.

### **ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA: SUPEREXPLORAÇÃO E RACISMO**

No Brasil, a abolição da escravidão só veio se dar em 1888. A burguesia agrária brasileira resistiu o quanto pôde para acabar com a escravidão, mas ela passou a ficar muito cara.

Na verdade, a abolição foi uma resposta à pressão da Inglaterra, por um lado, e à necessidade de estabelecer relações capitalistas na produção agrícola, de dar uma saída frente às lutas e à resistência crescente dos escravos e à oposição da população urbana, por outro.

Os anos de escravidão e a forma como se deu a abolição marcaram o desenvolvimento histórico e da sociedade capitalista brasileira. Isto está na origem da enorme desigualdade existente. O imperialismo e a burguesia apoiam-se nessa desigualdade para superexplorarem o proletariado brasileiro e manterem suas políticas de opressões e racismo.

O Brasil é o país que tem o maior contingente de negros fora do continente africano. Possui uma classe operária e um proletariado fortemente miscigenado, em que negros e negras são superexplorados, vítimas de violência e racismo. O sistema tenta invisibilizar essa realidade através do mito da democracia racial para amortecer os conflitos de raça e classe.



Acompanhada e influenciada pelas discussões que giravam em torno da face de um sistema escravista nacional, a análise do escravismo piauiense inicia-se pelo campo, buscando, principalmente, compreender como em um sistema econômico no qual predominava a criação extensiva de gado bovino se inseria o escravo.

Durante muito tempo, acreditou-se que a escravidão era incompatível com o sistema econômico da região, sendo considerada forma de trabalho inútil para a labuta com o gado bovino. Seguindo essa ideia, o criatório era glorificado pela necessidade de homens de braços fortes, uma mão-de-obra, em geral, livre, sendo quase desnecessário o uso do escravo. Esse pensamento, embora não sendo unanimidade nos discursos dos estudiosos dedicados a analisar a participação da mão-de-obra escravizada nas terras piauiense, foi fortemente defendido pelo historiador Odilon Nunes (2007), precursor de uma visão paternalista entre senhor e escravizado.

Em pesquisa sistematizada para história do Piauí, ele defende a ideia de uma escravidão branda em solo piauiense e isso, segundo o historiador, era aceitável, pois a figura do feitor, principal instrumento da selvageria, a que se referem os observadores, foi coisa rara no Piauí. Acrescenta também que nestas terras não se praticava a agricultura de exportação, fazia-se o roçado apenas para a subsistência da senzala e do senhor e seus familiares” (NUNES, 2007, p. 251).

A tentativa de superar a visão que aponta para um melhor tratamento destinado aos escravizados das Fazendas Públicas surge com o livro “Braço Forte: Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)”, do historiador Solimar Oliveira Lima (2005). O foco de Solimar Lima são as condições dos trabalhadores escravizados nas Fazendas Públicas. No que diz respeito aos tratamentos destinados aos escravizados das Fazendas, ele nos apresenta uma visão contrária àquelas apresentadas por Tanya Brandão e Miridan Falci, informando que “o que a historiografia tradicional não percebeu ou não quis perceber, foi que as condições de trabalho e vida nas fazendas da Nação apresentavam-se piores que nas fazendas privadas” (LIMA, 2005, p. 151).

No mesmo trabalho o historiador não deixa margem à dúvida e destaca que “é farta a documentação disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí sobre a importância da mão-de-obra escravizada para a então nascente economia, bem como sobre a dominação e exploração dos trabalhadores” (LIMA, 2005, p. 28).

Como pudemos perceber, a expressão do “céu ao inferno” é inerente à historiografia sobre o tema escravidão negra no Piauí, pois partimos de um ambiente onde o negro tinha vida de folgazão e chegamos a um ambiente onde o negro é tratado como objeto, no qual ele



era usado incessantemente como mão-de-obra escravizada e lutando também de forma incessante contra o trabalho e contra o sistema.

### **A QUESTÃO NEGRA: UMA SAÍDA DE RAÇA E CLASSE**

A burguesia brasileira tenta esconder que mais de 350 anos de escravidão foram também 350 anos de rebeliões negras, da formação de milhares de quilombos e quilombolas. O mito da democracia racial, do colonizador benevolente, do negro dócil e da formação de um país sem racismo, além de tudo tenta jogar a culpa pelas mazelas do capitalismo brasileiro no Brasil sobre negras e negros. Além de amortecer os conflitos de raça e classe, o objetivo é aumentar a opressão e encobrir um quadro social que tem os negros em seus setores mais explorados e vítimas de um verdadeiro genocídio.

O Piauí carrega uma desafiadora herança colonial, mesmo 134 anos após a abolição da escravatura. As desigualdades raciais marcam mulheres e homens pretos e pardos, que representam 80% da população total do estado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados do IBGE, divulgados em 2019, mostram que a informalidade atinge 47,4% dos trabalhadores negros no Brasil. No Piauí, essa população ganha em média cerca de R\$ 5 mil a menos que brancos. Em todo o país, entre as pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% são negros ou pardos.

A questão negra é uma das questões democráticas centrais e combina-se com a enorme desigualdade social. Ambas marcam profundamente as particularidades do Brasil, que devem ser impulsionadas e resolvidas pela Revolução Socialista Brasileira.

### **O PIB DO PIAUÍ SOB O IMPERIALISMO**

Em meio a uma das mais profundas crises mundiais da economia capitalista imperialista, agravada pelas crises sanitária e ambiental, as classes dominantes e seus governos lançam em cada país os chamados planos de austeridades com o objetivo de proteger os lucros das grandes empresas e os privilégios de seus proprietários. Na tabela da divisão internacional do trabalho, o Brasil perde o posto de metrópole industrializada do cone sul e assume a condição de semicolônia produtora de commodities para exportação.

As políticas de contenção de gastos públicos vêm sendo aplicadas no Brasil desde o início da crise, por volta de 2008, mas foram aceleradas a partir de 2017, com a aprovação da PEC do teto dos gastos e da reforma trabalhista no governo Temer e, já no governo Bolsonaro, com a reforma da previdência, as privatizações de estatais como a Eletrobrás, a Petrobrás, e “passando toda a boiada”, deixando os ricos mais ricos e os pobres mais pobres.



As consequências para a classe trabalhadora é desemprego, fim das aposentadorias futuras, precarização e informalização do trabalho, eliminação de direitos e arrocho salarial em empobrecimento generalizado.

Nesse cenário, o Piauí foi o Estado do Nordeste que mais aumentou a pobreza, passando de 41,1% para 56,4%. Cerca de 1 milhão e quatrocentas mil pessoas, quase metade da população (43%), vivem em situação de pobreza, com renda de até R\$ 400,00 por mês. Significa que centenas de milhares de homens, mulheres e crianças amanhecem o dia sem ter o que comer.

Enquanto isso, os ricos ficaram mais ricos. Da lista dos dez mais ricos do Piauí, duas famílias aparecem entre os 315 bilionários brasileiros da revista *Forbes*. O terceiro lugar é ocupado por um dos maiores produtores de soja, milho e algodão do Brasil, com sete fazendas instaladas no Piauí, das oito registradas em seu nome. Os demais, tem patrimônio superior a 300 milhões de reais. Alguns possuem coleção de carros de luxo importados e outros tem seus próprios aviões e campos de pouso particulares.

Não tem como matar a fome e tirar essas pessoas da pobreza sem socializar a riqueza dos bilionários e milionários do Estado; sem acabar com as isenções fiscais dos magnatas e estatizar e colocar sob o controle dos trabalhadores as grandes empresas. Mas os dados sobre as condições de vida da população trabalhadora no Piauí são muito mais graves.

### **A PRODUÇÃO DE COMMODITIES NATURAIS DÁ O TOM NO CERRADO** **PIAUIENSE**

O PIB 2019 do Piauí foi avaliado em R\$ 52,7 bilhões, conforme levantamento feito pelo IBGE em parceria com a CEPRO em novembro de 2021. Os resultados por município mostram que Teresina, Capital do Estado, foi responsável pela maior parcela do montante, com PIB de R\$ 22 bilhões em 2019, o que corresponde a 41,7% do total. O PIB é medido a partir dos preços que os bens e serviços finais chegam aos consumidores, por isso o valor total inclui os impostos sobre os produtos comercializados. A contribuição efetiva de cada setor da economia – Agropecuária, Indústrias, Serviços e Administração Pública – para o valor final da produção é medida por meio do Valor Adicionado Bruto (VAB), que exclui os impostos e insumos do somatório.

Quatros municípios contribuíram para que o PIB piauiense chegasse a esse valor e, ao mesmo tempo, são os que concentram metade do PIB do Estado, Teresina, Parnaíba, Picos e Uruçuí. A área de Serviços foi a que gerou mais valor nos três municípios piauienses com maior PIB. Em Teresina, o VAB de Serviços representou 61,3% do VAB total; em Parnaíba,



foi correspondente a 56,1%; e, em Picos, foi equivalente a 62,7%. Já Uruçuí, que teve o quarto maior PIB do estado, a principal contribuição foi da Agropecuária, cujo valor gerado representou 35,9% do VAB total do município.

Administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social foi a principal atividade econômica de 91,5% dos municípios do Piauí em 2019. Esse setor da economia teve a maior contribuição para o Valor Adicionado Bruto (VAB) em 205 dos 224 municípios do estado. Do restante dos municípios piauienses, nove tiveram como principal atividade econômica a agricultura, inclusive apoio à agricultura e pós-colheita.

Em 2015 o PIB do Piauí foi de R\$ 39.1 bilhões, contra R\$ 37.7 bilhões de 2014, o que significa que houve um crescimento de 3,7% de um ano para o outro e não parou de crescer, embora com variações de um ano para outro, até 2019 onde alcanço o índice de 5%.

A participação da Agropecuária na composição do PIB foi reduzida de 7,8% em 2015 para 5,1% em 2016. A participação do setor Industrial seguiu reduzindo, passando de 13,6% em 2015 para 12,7% em 2016. O único setor que teve sua participação aumentada foi serviços, que passou de 78,7% em 2015 para 82,3% em 2016.

Contudo, no ano de 2017, o Estado do Piauí registrou um PIB de 45,4 bilhões, com um destacado crescimento real de 7,7%, quando comparado aos 1,32% de crescimento do país no mesmo ano. E o que se observou, conforme a CEPRO (2019), fundamentada a partir de análise dos dados do IBGE (2020), foi que o que alavancou o referido desempenho no estado foi principalmente o volume de produção na Agropecuária (com 130,3% de crescimento em relação a 2016), com destaque especial para a produção da soja, a qual apresentou acréscimo de 313,57%, no ano de 2017, comparado a 2016.

Diante disso, é razoável afirmar que o capitalismo que se desenvolve no Piauí recente tem grande participação de seu espaço agrário, especificamente com o voluptuoso setor do agronegócio que avança na região do cerrado, sudoeste do estado, interagindo com as regiões centrais de capitalismo avançado. A inserção do espaço agrário piauiense na dinâmica do capitalismo global pode ser mais bem explicada por Marini (2017), quando este elucida que a integração da América Latina no desenvolvimento do capitalismo se deu a partir da necessidade da criação de uma oferta mundial de alimentos e de matérias-primas, a fim de atender a expansão industrial e da população urbana europeia e demais países centrais. Com efeito, o Piauí integra-se ao comércio mundial mediante uma imposição da divisão internacional do trabalho aos países e/ou regiões periféricas, requerendo destes uma especialização em produtos primários, enquanto aos países centrais fica a incumbência da produção de manufaturados.



Segundo o IBGE (2019), o bioma cerrado brasileiro é o segundo maior do país ocupando 23,3% (cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados) do território nacional, sendo o único a estar presente em todas as regiões. No Piauí, conforme CEPRO (2014), o cerrado representa 11,2 milhões de hectares (cerca de 46% do solo piauiense), onde 70% se situam na região sudoeste e parte do extremo sul do estado.

### **O SIGNIFICADO DO BRASIL E DO PIAUÍ SOB O NEOLIBERALISMO**

O Brasil é uma semicolônia industrializada que, sob a Nova República e o neoliberalismo, tornou-se um país ainda mais subordinado, dependente e semicolonial. Como semicolônia especial, o Brasil também exporta capital. Porém exporta capital intensivo em recursos naturais, enquanto amplia a desnacionalização e a dependência em relação ao intensivo em tecnologia.

A nova localização do país na divisão internacional do trabalho impõe uma especialização regressiva de retorno à função de exportador de commodities. Isso coloca o Brasil no time do que chamamos de submetrópoles ou semicolônias especiais, que fazem o papel de capitão do mato das grandes empresas imperialistas na AL. Nesse papel subalterno, o Brasil ocupa o espaço que o imperialismo lhe permite para empresas nacionais que exploram recursos naturais, construtoras ou provedores secundários para a indústria imperialista.

Na periferia, onde a divisão internacional do trabalho especializou o continente latino-americano (especificamente o Brasil agrário e o cerrado piauiense) como uma colônia agroexportadora, o principal espaço socioprodutivo atingido numa remontada do sistema capitalista em sua manifestação mais intensa aqui no país, foi o espaço rural.

O processo de ocupação da fronteira agrícola do cerrado piauiense foi gestado não só pelos grandes capitalistas e/ou pelos latifundiários nacionais, mas também pelo capital internacional, representados por grandes corporações (SANTOS JUNIOR, 2019). Esse processo passa a ditar uma dinâmica diferente no cerrado piauiense, que deixa de ser uma produção agroextrativista, passando a ser determinada pelo aumento da produção de soja e outros grãos, bem como pelo aumento do caráter exploratório dos trabalhadores rurais.

Dessa forma, a referida ocupação tem sua força propulsora nos vultosos investimentos, elevado uso de matéria-prima e uma excepcional concentração de terra, visando não mais a produção para atendimento de demanda interna, mas o mercado de commodities, projetando o cerrado piauiense para o processo de divisão internacional do trabalho.

Ao se analisar a relação do valor da força de trabalho com o salário mínimo e ainda, com a proposição de salário mínimo necessário apresentado pelo Departamento Intersindical e





Estudos Socioeconômicos (DIEESE), vê-se que o valor (e preço) atribuído ao trabalho, pago pelo capitalista, passa longe de atender as necessidades mais básicas do trabalhador, enquanto equivalente necessário à reprodução de suas condições materiais de existência e no caso especificamente do trabalhador rural piauiense, a subsistência sua e dos seus.

Observa-se que a relação que impera no capitalismo é de exploração da força de trabalho, e no caso específico do setor agropecuário piauiense, de superexploração dessa mercadoria pertencente aos trabalhadores rurais, que se intensifica e se alarga historicamente e de que uma pequena parcela da sociedade se apropria da maior parte da riqueza produzida, reforçando um dos pressupostos de Marx (1999), na evidência da categoria superexploração da força de trabalho.

### **PIAUÍ: POBRE PARA MUITOS X MUITO RICO PARA POUCOS**

Em meio a uma das mais profundas crises mundiais da economia capitalista imperialista, agravada pelas crises sanitária e ambiental, as classes dominantes e seus governos lançam em cada país os chamados planos de austeridades com o objetivo de proteger os lucros das grandes empresas e os privilégios de seus proprietários. O Brasil despenca na tabela da divisão internacional do trabalho, perde o posto de metrópole industrializada do cone sul e assume a condição de semicolônia produtora de commodities para exportação.

As políticas de contenção de gastos públicos vem sendo aplicadas no Brasil desde o início da crise, por volta de 2008, mas foram aceleradas a partir de 2017, com a aprovação da PEC do teto dos gastos e da reforma trabalhista no governo Temer e, já no governo Bolsonaro, com a reforma da previdência, as privatizações de estatais como a Eletrobrás, a Petrobrás, e “passando toda a boiada”, deixando os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. As consequências para a classe trabalhadora é desemprego, fim das aposentadorias futuras, precarização e informalização do trabalho, eliminação de direitos e arrocho salarial em empobrecimento generalizado.

Em meio à pandemia, que segundo dados oficiais, já matou quase setecentas mil pessoas, o Piauí foi o Estado do Nordeste que mais aumentou a pobreza, passando de 41,1% para 56,4%. Cerca de 1 milhão e quatrocentas mil pessoas, quase metade da população (43%), vivem em situação de pobreza, com renda de até R\$400 por mês. Significa que centenas de milhares de homens, mulheres e crianças amanhecem o dia sem ter o que comer.

Enquanto isso, os ricos ficaram mais ricos. Da lista dos dez mais ricos do Piauí, duas famílias aparecem entre os 315 bilionários brasileiros da revista *Forbes*. O terceiro lugar é





ocupado por um dos maiores produtores de soja, milho e algodão do Brasil, com sete fazendas instaladas no Piauí, das oito registradas em seu nome. Os demais, tem patrimônio superior a 300 milhões de reais. Alguns possuem coleção de carros de luxo importados e outros tem seus próprios aviões e campos de pouso particulares.

Não tem como matar a fome e tirar essas pessoas da pobreza sem socializar a riqueza dos bilionários e milionários do Estado. Sem acabar com as isenções fiscais dos magnatas e estatizar e colocar sob o controle dos trabalhadores as grandes empresas. Mas os dados sobre as condições de vida da população trabalhadora no Piauí são muito mais graves, é o que vamos expor no diagnóstico sobre a realidade econômica, política e sociocultural do estado nos oito eixos que apresentamos na sequência.

### **MULHERES NA POLÍTICA**

As lutas são muitas e em todos os lugares. As conquistas obtidas foram arrancadas das lutas, mas um breve olhar sobre a realidade mostra que ainda estamos muito longe de alcançar as condições mínimas desejadas. Pouca coisa mudou de um tempo para cá. E as previsões para 2022, se depender do governo e dos empresários, para quem trabalha e depende dos serviços públicos é que a vida tende a piorar.

Entre os que ocuparam as ruas, houve a presença marcante das mulheres. E não poderia ser diferente. O trabalho mais precário é das mulheres, assim como a responsabilidade do cuidado com a família. Segundo a ONU, a pobreza é feminina, pois 70% dos mais pobres são mulheres. Além disso, recebem até 30% menos que os homens exercendo a mesma função.

Porém essa presença não se expressa nas principais organizações da classe trabalhadora e nem no Estado burguês. No Congresso Nacional brasileiro, o número de mulheres é muito pequeno. A taxa de representação feminina no parlamento não chega nem a metade da média dos outros países da América Latina e do Caribe. Por aqui, elas são apenas 15% dos parlamentares. No restante do continente, essa taxa é de 31%. A baixa representatividade política salta ainda mais aos olhos se comparada ao percentual de mulheres na formação da sociedade brasileira, de 52%. Demonstrando que o espaço das decisões políticas é predominantemente dos homens.

No Piauí, no que se refere às eleições gerais em 2018, de 42 candidatos eleitos, apenas 8 foram mulheres, o que equivale a 19% do total, um crescimento de 5%, na comparação com às eleitas de 2014(14%).



Mesmo com a ampliação do percentual de candidatas eleitas, o Piauí caminha a passos lentos para alcançar a cota mínima (30%) de representação feminina na política.

Os partidos da direita, de centro, além do PT, alardeiam a importância da igualdade das mulheres e a necessidade da sua participação na vida política. Dizem que as mulheres precisam decidir. O que eles não dizem é que tanto a igualdade quanto o direito de decisão dependem das condições em que se encontram tais e quais mulheres.

Para as trabalhadoras, a participação na vida política está condicionada à dupla e tripla jornada de trabalho, à permissão dos pais, namorados, companheiros, e quando mães, às condições em que criam os seus filhos. Com salários arrochados, às vezes contando apenas com o Bolsa Família, desempregadas e sem creche, fica muito difícil a participação das mulheres na vida política.

### **AS MULHERES TRABALHADORAS VÃO VOTAR**

Participando ou não ativamente da vida política, as mulheres trabalhadoras vão votar, mas não decidirão os rumos do país através da eleição. Essa decisão será tomada em acordos entre os grandes partidos e os grandes empresários que financiarão as campanhas e os marqueteiros pagos a peso de ouro. Mais uma vez, farão todas as promessas que já foram feitas em campanhas anteriores. Falarão às mulheres que todos os seus problemas serão resolvidos e que quanto mais as mulheres ocuparem postos de trabalho e votarem na candidata ou candidato “certo” tudo será resolvido.

Nós também vamos participar das eleições e vamos apresentar candidaturas. No entanto, os nossos candidatos e candidatas utilizarão o espaço eleitoral para apresentar um programa que aponte as saídas para os problemas das mulheres e dos homens trabalhadores e da juventude. Afirmarão a importância de participar ativamente da vida política, mas que não basta ocupar postos de comandos. Incentivarão as mulheres trabalhadoras a lutar contra a exploração e opressão. Dirão que é importante votar nestas candidaturas, mas que isso somente não basta. Colocaremos as nossas candidaturas a serviço das lutas que a classe trabalhadora precisa fazer para ter atendidas as suas necessidades mais sentidas.

Logo, o desafio das mulheres trabalhadoras nas eleições é de antes e depois de outubro lutar e, nas eleições, votar nos partidos que sempre resistiram com suas bandeiras nas lutas.

### **MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO**



Uma pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-IBRE) apontou que, desde 2012, a taxa de desemprego das mulheres é superior à dos homens.

De acordo com o levantamento, o índice de desempregadas era de 16,45% em 2021, o equivalente a mais de 7,5 milhões de mulheres. No total, o índice médio anual de desemprego na economia foi de 13,20% em 2021, de acordo com o levantamento.

O estudo foi feito com base em análise de dados da PNAD de 2021, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a FGV, entre os anos de 2014 e 2019, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho cresceu continuamente e atingiu 54,34% em 2019.

No que diz respeito ao cenário piauiense, no ano de 2019, tanto as mulheres quanto os homens sofrem declínios na ocupação, porém os profissionais do sexo masculino passaram a ter uma maior proporção no mercado formal, se comparado às mulheres, com uma diferença de 1,3 ponto percentual entre homens e mulheres.

Contudo, em 2020, as mulheres voltaram a liderar a participação no mercado formal. Considerando os dados observa-se um crescimento maior na ocupação das mulheres, superando o ano de 2019, porém, com a diferença de 1,9 ponto percentual entre mulheres e homens.

### **A PANDEMIA TIROU MUITAS MULHERES DO MERCADO DE TRABALHO**

Em 2020, com a pandemia, o índice recuou para 49,45% e ficou inferior ao início da série histórica, em 2012, que registrou 51,58%. Em 2021, houve uma leve melhora para 51,56%. Os números são, ao menos, 20% inferiores aos dos homens.

Em 2012, eles tinham 74,51% de participação. Em 2020, esse índice era de 69,78% e aumentou para 71,64% em 2021. Esses dados demonstram a disparidade de gênero que ocorre “a partir de fatos históricos” e que ainda persiste no mercado de trabalho. Estamos em uma situação um pouco inferior a de dez anos atrás. Todos foram afetados com o isolamento social da pandemia, mas as mulheres foram muito mais.

O estudo mostra que a taxa de desemprego por nível educacional é ainda mais alarmante. Em 2012, para as mulheres que tem o ensino médio completo, o número era de 10,97% e, dos homens, 6,34%. Em 2021, esse número saltou para 19,04% e 11,63%, respectivamente. As mulheres têm sido realocadas e, geralmente, vão para lugares que não ganham muito. A pandemia, inclusive, acelerou esse processo. As novas regras no ambiente de trabalho requerem mais qualificação de quem for



empregado e a maior parte das mulheres não tem um nível de escolaridade tão alta como os homens.

### **TAXA DE DESOCUPAÇÃO, POR SEXO NO PIAUÍ**

Esse quadro de crise sanitária (pandemia do Covid) e desemprego feminino chega ao Piauí com força. Em 2019, as mulheres apontam uma taxa de desocupação de 12,7%, enquanto os homens possuíam 11,9%, uma diferença de 0,8%. No ano de 2020 a desocupação aumenta para as duas categorias, homem (14,0) e a mulher (15,4) superou, mais uma vez, a taxa de desocupação, em 1,4 ponto.

Isso demonstra, cruelmente, que as mulheres por serem em maioria populacional no Estado e por terem conquistado seus espaços no mercado de trabalho, chegando a serem a fonte de rendimento na família, infelizmente também sofrem a carga pesada da desocupação. E mais, demonstra também que as mulheres são as que mais sofrem com todas as crises advindas do capitalismo.

E quando olhamos para o rendimento mensal, por sexo, no Piauí, percebemos o grau de desigualdade existente entre a remuneração das mulheres em relação aos homens. Ao comparar a variação nominal de 2020 e 2019, foi identificado que o salário médio das mulheres caiu cerca de 5%.

#### **2019**

Salário médio por homens – R\$ 1.475

Salário médio por mulheres – R\$ 1.324

#### **2020**

Salário médio por homens – R\$ 1.440

Salário médio por mulheres – R\$ 1.260

Cabe frisar que o acesso de homens e mulheres a áreas mais valorizadas do serviço público ainda é bastante desigual: as mulheres continuam excessivamente concentradas em ocupações consideradas “tipicamente femininas” e de menor remuneração, como professoras, enfermeiras, assistentes e secretárias em geral (SOUZA; LIMA, 2021).

### **OS MECANISMOS DE EXPLORAÇÃO DA MÃO DE OBRA FEMININA NO CAPITALISMO**



Há aproximadamente seiscentos anos, vivemos no sistema capitalista, um sistema baseado na propriedade privada, acumulação de capital e na exploração do trabalho. Esse sistema precisa de dois fatores importantes para se manter.

O primeiro deles é a opressão, que se utiliza de diversas formas de discriminação – como o sexo, o gênero, a nacionalidade, cor da pele ou outras características físicas – para colocar as pessoas em situação de submissão, gerando vulnerabilidades e assim, fragilizá-las ao ponto de estarem suscetíveis a ordens e a se colocarem a serviço de outros. Em relação às mulheres, por exemplo, cultua-se a ideia de que há trabalhos propriamente femininos, como cuidar de crianças, idosos, por serem mais emotivas, sentimentais, e que não dirigem bem, não gostam de política etc.

O segundo mecanismo usado pelo capitalismo para se manter é a exploração, que tem ligação direta com as formas de trabalho dentro do modo de produção vigente.

Esses mecanismos se combinam e o capitalismo aproveita-se de diferentes formas de opressão para explorar ao máximo os setores mais inferiorizados da classe trabalhadora, como as mulheres, negros, lgbs, indígenas e imigrantes, pagando-os menores salários, oferecendo os piores cargos ou simplesmente os excluindo do mercado de trabalho formal.

As opressões também são usadas para justificarem demissões, como por exemplo, ao optar-se por demitir uma mulher ao invés de um homem porque ela engravida e gera custos trabalhistas e com licença maternidade.

### **PIAUÍ: MULHERES ESBARRAM EM ATENDIMENTO PRECÁRIO AO DENUNCIAR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

O fenômeno da violência de gênero no Piauí, não é uma realidade diferente de outros estados do Brasil, mas apresenta situações peculiares merecedoras de atenção. De acordo com o Anuário da Violência 2021, produzido pelo Fórum de Segurança Pública, foram 61 mulheres assassinadas. Destas, 31 foram vítimas de feminicídio.

A média brasileira ficou em 34% e o Piauí ocupou o 6º lugar do país nesta proporção – levando em consideração apenas os casos notificados. Diante dessa realidade é importante destacarmos que na cidade de Teresina – PI, capital do estado do Piauí, no período de janeiro a setembro de 2021, já foram atendidas 1.826 mulheres em situação de violência, somente no mês de setembro foram totalizados **316 atendimentos** oferecido pelo **Centro de Referência Esperança Garcia (CREG)**, órgão ligado à **Secretaria Municipal de Políticas Públicas**



**para as Mulheres (SMPM)**, que oportuniza as mulheres em situação de violência serviços jurídico e psicológico.

Os números são preocupantes e bastante reveladores, muitas mulheres passaram a denunciar os tipos de violência sofridos no espaço doméstico e familiar. No entanto, a pandemia tem contribuído para que muitas mulheres continuem no ciclo da violência. Os dados acima correspondem apenas uma face da nossa realidade, pois é importante destacar as subnotificações e o acompanhamento das instituições da rede de enfrentamento a violência doméstica e familiar na capital.

É importante enfatizarmos que o feminicídio é o ápice de uma violência praticada há algum tempo. Ele não acontece do nada. No geral, o agressor já havia manifestado outra forma de violência. As mulheres vivem um ciclo da violência que tem início em uma lua de mel, atravessa um conflito que pode desencadear agressões psicológicas ou físicas, depois do ato de violência existe um afastamento e depois a promessa de mudança que vem seguida de uma nova lua de mel que reinicia esse ciclo. A morte pode chegar em algumas dessas repetições.

A denúncia é uma forma de quebrar o ciclo da violência e evitar que ele chegue a sua face mais cruel. Observamos que os casos de violência contra mulher são recorrentes nas páginas policiais dos jornais e a própria rede de enfrentamento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar tem encontrado dificuldades para suprir as demandas que chegam, devido à falta de estrutura, investimento, carência de funcionários. Tudo isso dificulta a aproximação com mulheres, sobretudo as pobres.

As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM's), também necessitam de estrutura para realizarem seus trabalhos, não somente condições materiais, mas humanas. É perceptível a falta de um trabalho mais humanizado em algumas delegacias da cidade. Segundo relatos de mulheres algumas chegaram a ser questionadas: ***Você vai mesmo denunciar o pai dos seus filhos?*** Pasmem! Essa foi a fala de um escrivão de uma Delegacia Especializada da Mulher da capital a uma vítima de violência doméstica e familiar. Nós sabemos que essa é decisão, que cabe apenas à mulher e não ao agente público /escrivão.

O discurso da mulher que chega à delegacia já fragilizada é confrontado, desacreditado ou desqualificado. Também existe demora na liberação da Medida Protetiva de Urgência, de acordo com a Lei Maria da Penha deve ser estabelecida em 48h, mas na maioria dos casos elas não acontecem e as mulheres acabam em maior situação de vulnerabilidade. Nós não identificamos uma estrutura para que as delegacias especializadas possam



desenvolver um melhor trabalho. É preciso ter retorno do Juizado de Violência Doméstica e Familiar, recursos humanos e agilidade nos processos.

### **UM PROGRAMA PARA AS MULHERES TRABALHADORAS**

As mulheres lutaram e lutam todos os dias por melhoras na sua condição de vida e a organização das mulheres trabalhadoras para o combate à violência, à opressão e à exploração é extremamente necessária. Mas essa não é uma tarefa só das mulheres e sim do conjunto da classe trabalhadora. A luta contra a opressão, o machismo e a violência deve ser parte das demandas e do programa da classe trabalhadora na luta contra o capitalismo.

Por outro lado, junto com a exigência de demandas imediatas as mulheres trabalhadoras precisam lutar para derrotar o capitalismo, que de fato é a base material de toda a opressão nesse sistema. Do contrário, não serão consequentes com o combate à violência de gênero.

Todo programa e organização que não combine a luta contra a opressão à luta contra para derrotar o sistema capitalista; que defenda que a luta é de gênero e não de classe como fazem as feministas radicais, as burguesas e reformistas; ou que pregue que a luta é de classes mas defenda se organizar junto com as mulheres burguesas em movimentos policlassistas; ou ainda que limite as lutas das mulheres à estratégias eleitorais ou por representatividade; estará mentindo para as mulheres trabalhadoras de que é possível acabar com o machismo no interior do capitalismo, quando na verdade não é, pois o machismo é funcional ao próprio sistema e à burguesia.

A luta contra o machismo e a violência só pode ser vitoriosa se for combinada com a luta para acabar com o sistema que é a fonte de toda desigualdade, opressão e exploração às mulheres trabalhadoras. Junto ao conjunto dos trabalhadores, nossa tarefa é derrubar esse sistema capitalista e construir o socialismo, onde possamos ser verdadeiramente livres.

### **16 PONTOS DE UM PROGRAMA SOCIALISTA PARA O BRASIL E O PIAUÍ CONTRA A CRISE CAPITALISTA**

Nesse momento de grande crise econômica, política e social, vemos várias candidaturas colocando-se à disposição para continuar e aprofundar a política econômica dos últimos governos. São várias candidaturas, mas, de um ou outro jeito, contam com o mesmo projeto: continuar gerindo o capitalismo que condena milhões à fome e ao desemprego.





Diante disso, o PSTU se vê na obrigação de apresentar à classe trabalhadora e o povo pobre do Brasil, e, especialmente para o Piauí, uma alternativa socialista e revolucionária.

Um programa que aponte a ruptura com o capitalismo, os grandes bancos e empresas, chamando a que a classe operária e a população pobre se rebelem, façam uma revolução que destrua o capitalismo e que construa, na luta, um governo socialista dos trabalhadores, baseado em conselhos populares. Só um programa socialista pode acabar com a dominação imperialista no nosso país, garantir uma segunda e verdadeira independência, e acabar com toda exploração e opressão.

- 1. Revogação de todas as reformas que retiram direitos! Não à reforma da Previdência**
- 2. Pelo direito ao trabalho! Redução da jornada sem redução dos salários**
- 3. Planos de obras públicas para gerar emprego e resolver problemas estruturais**
- 4. Aumento geral dos salários e aposentadorias**
- 5. Estatização das 100 maiores empresas sob o controle dos trabalhadores**
- 6. Moradia, Educação e Saúde pública e de qualidade para todos!**
- 7. O campo para quem trabalha! Nacionalização e expropriação do latifúndio! Revolução e reforma agrária radical!**
- 8. Regularização e titulação das terras indígenas e quilombolas!**
- 9. Prisão e o confisco dos bens de corruptos e corruptores!**
- 10. Suspensão do pagamento da dívida e auditoria!**
- 11. Proibição das remessas de lucro! Estatização do sistema financeiro!**
- 12. Fim da Lei de Responsabilidade Fiscal! Por uma Lei de Responsabilidade Social!**
- 13. Reestatização das empresas privatizadas, sob o controle dos trabalhadores**
- 14. Pelo fim da criminalização das lutas e da pobreza! Revogação da lei antiterrorismo! Desmilitarização da PM e descriminalização das drogas!**
- 15. Pelo fim de toda a opressão! Contra o racismo, o machismo, a LGBTfobia e a xenofobia!**
- 16. Por um governo dos trabalhadores baseado em conselhos populares!**

**PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO – PSTU - PIAUÍ**